



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Segunda - feira, 14 de Outubro de 2024 | Ano V, n.º 294 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

RAPTOS EM MOÇAMBIQUE:

Um crime de Estado?

- Depois de um interregno de mais de dois meses, o sindicato criminoso dos raptos voltou à carga. Às 09h15 de sexta-feira, 11 de Outubro, foi lançado um alerta de que mais um sequestro havia ocorrido na rua Joe Slovo, na baixa da cidade de Maputo, envolvendo um empresário de ascendência asiática.



Créditos: Club of Mozambique

A vítima foi identificada apenas por Sunil. É dona da “Megabyte”, com escritórios no Maputo Shopping Center, que se dedica ao fornecimento de soluções de Tecnologias de Informação para pequenas e médias empresas.

Segundo testemunhas, Sunil foi raptado por três homens encapuzados e fortemente armados, que o retiraram à força da sua viatura, tendo na sequência sido introduzido numa viatura da marca Toyota, modelo Sienta, de cor cinzenta.

Quarenta e cinco minutos após o incidente, Adriano Nuvunga, Director Executivo do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), fez uma transmissão ao vivo, na “Live do Povo”, denunciando o sequestro e fornecendo o contexto, que sugere claramente que os sequestros em Moçambique são controlados pelas altas esferas do poder, como evidencia o caso ocorrido na última sexta-feira.

Em 15 de setembro de 2024, durante a campanha eleitoral, Nuvunga havia mencionado na “Live do Povo” que os sequestros haviam cessado temporariamente, pois as principais figuras do Estado e da Frelimo estavam ocupadas com a campanha nos distritos.

O último caso de rapto teve lugar em 5 de Agosto, o que permitiu uma paz de cerca de dois meses, período que coincide com a campanha eleitoral e votação. Essa “paz” momentânea em Maputo, segundo ele, era resultado dessa ausência das principais figuras do Estado.

Após a live de denúncia feita na sexta-feira, curiosamente, apenas 8 minutos depois, a notícia de que o sequestro havia sido abortado começou a circular. Os sequestradores, segundo informações, haviam abandonado a vítima e o veículo no bairro da Matola Gare, município da Matola, Província de Maputo, fugindo em seguida.

Este desenrolar rápido dos eventos sugere que os sequestradores receberam ordens para interromper a acção, possivelmente como resposta à denúncia de Adriano Nuvunga, buscando desmentir a ideia de que os raptos estão sob o controle da Frelimo e das altas esferas do poder. Fontes internas da Polícia indicam que a ordem foi clara: «Parem com isso, não deem razão ao Adriano Nuvunga».

Esse caso reforça a suspeita de que os raptos em Moçambique são, de facto, controlados por figuras poderosas, incluindo a Polícia e outras entidades de alto escalão. A suspeita ganha força se considerarmos que os mandantes nunca são encontrados. No máximo, o que acontece é a detenção de executores, guardas de cativos e pessoal de apoio aos

cativos, pessoas sem relevância na cadeia dos raptos.

O rapto de 11 de Outubro pode ser um sinal de que o sindicato está de volta e quer recuperar o dinheiro investido na campanha eleitoral.

Dados oficiais indicam que, até Março deste ano, um total de 185 casos de raptos foram registados e pelo menos 288 pessoas foram detidas por suspeitas de envolvimento neste tipo de crime desde 2011.

Os raptos estão a ter um impacto negativo na economia do país. Segundo a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), mais de 100 empresários abandonaram o país e retiraram os seus investimentos para países seguros.

“Abandonou o país mais de uma centena. Não estamos a falar daqueles que exerciam cargos da administração ou direcção, se contarmos com esses são muito mais. Estamos a falar daqueles que detinham o capital, eram os accionistas das empresas”, afirmou, em julho, numa conferência de imprensa, em Maputo, o presidente do pelouro de segurança e protecção privada da CTA, Pedro Baltazar.

Mais de 12 anos depois, o Estado fraco ou complacente não consegue conter os raptos.



Os raptos estão a ter um impacto negativo na economia do país. Segundo a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), mais de 100 empresários abandonaram o país e retiraram os seus investimentos para países seguros.






Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

